



Anais da Assembléia

Nº 89

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado NELSON GARCIA
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT – 07:** Algaci Ornário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB – 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB – 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL – 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

DECRETO LEGISLATIVO N° 002/94

Súmula: Autoriza o Governador do Estado a ausentar-se do País.

Data: 29 de junho de 1994.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual, combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica autorizado o Senhor Mário Pereira, Governador do Estado, a ausentar-se do País, em data a ser previamente comunicada a este Poder até o dia 31 de agosto próximo, afastando-se por dez dias com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de firmar contrato de empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para execução do Projeto de Qualidade de Ensino de 1° grau no Paraná, bem como acompanhar projetos de interesse do Estado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 29.06.94.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

RESOLUÇÃO N° 012/94

DATA: 29 de junho de 1994.

SÚMULA: Aprova prestação de contas da dotação de Reembolso dos Senhores Deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica aprovada a Prestação de Contas da Dotação de Reembolso dos Senhores Deputados, do exercício financeiro de 1993.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 29.06.94.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

RESOLUÇÃO N° 013/94

DATA: 29 de junho de 1994.

SÚMULA: Aprova prestação de contas dos Senhores Deputados da dotação de Subvenção Social.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica aprovada a Prestação de Contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1993.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 29.06.94.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 68.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1994

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Nilton Barbosa.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Anibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Dúlio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

OFÍCIO N° 262/94

Curitiba, 30 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência e a Mesa Executiva, que estarei ausente do País no próximo mês de julho.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1722

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Mauro Canato, na Cidade de Primeiro de Maio.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada, na mesma cidade, à Rua 5, n° 383, CEP 86140-000.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1741

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Alves de Oliveira, ocorrido dia 24 de junho, em Ponta Grossa.

O Senhor Luiz deixará amigos e parentes enlutados e com saudades, devido ao seu óbito.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, à Rua Almirante Barroso, 2672, Núcleo Rio Verde, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1742

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Apolonia Haile, ocorrido dia 25 de junho, em Ponta Grossa.

A extinta olhava pelo irmão desamparado, auxiliando-o e ajudando-o, e com sua morte causará tristeza a parentes e amigos.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, à Rua Lions Club, 645, Bairro Sabará, em Ponta Grossa.

REQUERIMENTO N° 1743

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Alberto Haddad, ocorrido dia 25 de junho, em Ponta Grossa.

O Senhor Carlos, vitimado por um acidente, partiu para uma nova vida, deixando parentes e amigos enlutados e com saudades.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Carlos Cavalcanti, 2288, Bairro Uvaranas, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Carlos Roberto Trentin, ocorrido dia 25 de junho, em Ponta Grossa.

O extinto era uma pessoa de muitas amizades, vitimado por um acidente, deixou amigos e parentes enlutados e com grande tristeza.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Nilo Peçanha, 656, Vila Estrela, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1745

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Antonio Serafim Ferreira, ocorrido dia 26 de junho, em Ponta Grossa.

O Senhor Antônio, era um cidadão de muitas amizades e que com sua morte causará tristeza a amigos e parentes.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Castro Lopes, 365, Bairro Ronda, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, profundo voto

de pesar pelo falecimento do Senhor Plácido Cordeiro de Paula, funcionário aposentado deste Poder Legislativo. Pessoa idônea, onde desempenhou com afinco suas funções nesta Casa, deixando saudades junto aos seus familiares e amigos.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Angela Furiatit, ocorrido dia 27 de junho, em Ponta Grossa.

Pessoa de muitas amizades, que com seu passamento deixará amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Antonio Vieira, 452, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Mário Beninca, ocorrido dia 28 de junho, em Ponta Grossa.

Pessoa muito estimada, de muitas amizades, que com seu passamento deixará amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Tenente Carlos Agemiro de Camargo, 50, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1746

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, voto de congratulações à Rádio Clube Paranaense, pela comemoração dos seus 70 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Rádio Clube Paranaense - B2

Resumo Histórico

Numerosos cientistas de todas as partes do mundo, de uma maneira esplendorosa, conseguiram ultrapassar os limites da imaginação do homem - produziram variações eletromagnéticas capazes de transmitir à

Curitiba, quinta, em 30.06.94

distância a voz humana. Nascia a grande descoberta do século: a radiotelefonia.

Nesta mesma época a novidade chega ao Brasil e, logo atinge a todos e os contagia gradativamente, dando origem a diversos Clubes de Rádio. No Paraná, da mesma forma que em outros Estados, muitos desses clubes desapareceram rapidamente. Outros, acreditando num mesmo ideal, prosseguiram com reuniões e pesquisas e, mais tarde, transformaram-se em empresas de radiodifusão sonora. Assim nasceu a Rádio Clube Paranaense, fundada em 27 de junho de 1924, por pesquisadores que desde 1909, se aprofundaram no assunto, fazendo as primeiras experiências de transmissão de sons.

Em 1930, a Rádio Clube executa um grande evento: a primeira transmissão de uma partida de futebol no Paraná, um ATLETIBA realizado no estádio do Atlético. Em 1933, dá outro importante passo. Permite que três intelectuais paranaenses: Correia Junior, Heitor Stockler de França e Otávio de Sá Barreto, realizem a interpretação da peça: "A Ceia dos Cardeais", de Júlio Dantas, possivelmente a primeira experiência de radioteatro no Brasil. Recebe nesse mesmo ano o seu primeiro prefixo PRAN, mas é em 1935, com a inauguração de novos equipamentos, no belvedere do Alto de São Francisco, em Curitiba, que a Rádio recebe o prefixo que ficaria famoso em todo o Brasil: PRB-2.

Antes do advento da televisão, cabia ao rádio as grandes promoções artísticas, e foi nessa linha que a Clube manteve por muitos anos o seu auditório na Rua Barão do Rio Branco. Ali, desfilaram os grandes nomes da música nacional como: Vicente Celestino, Marlene e Carlos Galhardo e alguns internacionais como: Schipa, Orquestra Cassino de Sevilha e Pedro Vargas, vozes que encantaram o público curitibano.

Em setembro de 1973, passa por uma grande transformação. A Arquidiocese de Curitiba, graças ao trabalho exaustivo de Monsenhor Vicente Vítola e o apoio irrestrito de Dom Pedro Fedalto, criam a Fundação Nossa Senhora do Rocio e adquirem a Rádio Clube Paranaense. Desde então, a programação a cada dia tem sido aprimorada, acrescentando-se às metas de divertir e educar e a de evangelizar o povo brasileiro.

Em 1978 a Rádio Clube conquista um novo espaço, obtém permissão para sua emissora em FM, com a qual até os tempos atuais, transmite músicas de excelente qualidade.

O progresso foi rápido, resultado de uma sequência ininterrupta de contribuições de todos aqueles que direta ou indiretamente, na sua forma mais simples, lutaram pela sua evolução. A Rádio Clube Paranaense faz parte de nossas vidas a par-

tir do momento que entra em nossos lares, levando a nossos familiares uma bagagem cultural através de seus programas educacionais e recreativos, noticiários e informações diversas. Mas, é a sua participação que assegura à veterana emissora um excelente lugar na audiência em todo o Paraná.

A sintonia da Rádio Clube é obtida em onda média 1430 KHZ, ondas curtas - 25 metros: 11.935 KHZ, 31 metros: 9.735 KHZ e 49 metros: 6.045 KHZ, FM 101.5 MHZ.

REQUERIMENTO N° 1739

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor pelas comemorações do Jubileu de Ouro da Empresa SADIA S/A.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

"O verdadeiro destino dessas liberdades está em revestirem e abroquelarem as liberdades civis, isto é, os direitos da consciência, da família e da propriedade. Essas três categorias de direitos ancoram na palavra divina, o saber, na divina constituição do homem." Rui Barbosa em Democracia e Religião.

É relevante em todos os aspectos, a contribuição dada à economia brasileira pela SADIA S/A, através de toda as estruturas do grupo de empresas consorciadas que empregam milhares de pessoas em todo o território nacional, e mais particularmente no Paraná. Um expansionismo sofisticado em conquistas comerciais de primeira grandeza, cujos resultados em cada ambiente, foram se aprimorando nesses 50 anos de existência. Uma aliança de pessoal especializado, competência, dedicação e espírito de progresso-nato, próprio de quem acredita no Brasil.

As referências de idoneidade de seus Diretores, Assessores, Gerentes, aliado à qualidade de seus produtos fabricados, são de uma linhagem internacional, onde sempre quem ganha é a nação que vivemos. SADIA, sinônimo de infinitos adjetivos e verbos conjugados no presente, passado e futuro.

Nos sentimos orgulhosos de termos na cidade de Paranaguá uma das muitas estruturas da SADIA, e por esse motivo, solicitamos um voto de Louvor à SADIA S/A.

REQUERIMENTO N° 1719

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, Dr. Mário Pereira, para que instrua o Instituto de Previdência do Es-

tado do Paraná - IPE, a fim de atender ao seguinte Pedido de Informações:

1. Explicar, de maneira clara, como se chegou ao atual número de URVs pagos à pensionista Anair Andretta Moresqui, com registro geral de n° 01179367-3, número de pensão 09323-7-1-A;

2. Esclarecer quais os critérios empregados para se alcançar o número atual; e

3. Há algum valor residual em atraso cujo pagamento se dará oportunamente?

Deve-se esta solicitação ao fato de que a interessada não consegue entender como se chegou ao atual valor recebido nestes últimos meses.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Luis Alberto Martins de Oliveira, Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de Posto de Serviço (P.S.) na Fazenda Rio Grande, com a sugestão das seguintes alternativas:

1. Próximo ao Terminal Rodoviário;
2. Rua 8, Jardim Hortência;
3. Posto 21.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A comunidade trabalhadora da Fazenda Rio Grande em sua grande maioria é assalariada e geralmente de baixa renda.

Na sua maioria é migrante do interior do Estado tendo deixado parentes nos municípios e/ou localidades que moravam. Isto faz com que muitos necessitem de telefone que receba ligações, principalmente no caso de urgências (doenças e mortes).

REQUERIMENTO N° 1721

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, Dr. Mário Pereira, para que instrua o Instituto de Previdência do Estado do Paraná - IPE, a fim de atender ao seguinte Pedido de Informações:

1. Qual o critério empregado para alcançar o número de URVs pagas à pensionistas ILDA LAZAROTTO ANDRETTA, com número de pensão 15262-9-1-A, registro geral de n° 01114423-3.

2. Há algum percentual em atraso a ser quitado oportunamente?

3. Explicar, de forma clara, como se chegou ao atual valor pago à mesma.

Deve-se este Pedido de Informações ao fato de que a interessada não conseguiu

entender os cálculos que determinavam o valor recebido nestes últimos meses.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor REINALDO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, reiterando o pedido para a coleta do lixo no Município de Guaraqueçaba-Pr.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Embora o perímetro urbano de Guaraqueçaba seja pequeno, mas existe a necessidade de um atendimento com assiduidade às propriedades rurais, situadas nas imediações do município. A Prefeitura Municipal não dispõe de recursos financeiros em seu orçamento para a aquisição desse veículo, com os respectivos equipamentos.

REQUERIMENTO N° 1724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor NORTON MACEDO. Mui Digno Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, solicitando a abertura de posto de serviço, no Jardim Samambaia, Posto dos Padres, e Serraria do Rocha, no Município de Paranaguá-Pr.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O celerado crescimento da cidade de Paranaguá, revela com dramaticidade a ausência de iniciativa no sentido de introduzir o aperfeiçoamento em algumas áreas, com o objetivo de viabilizar uma maior facilidade à população e proporcionar um entrosamento maior com o sistema bancário. Somente nos últimos nove (09) anos o número de habitantes elevou-se a uma taxa de 56%, com isso vários bairros entre os quais Jardim Samambaia, com abrangência com Posto Fiscal, Parque São João, Vila Divinéia, Colônia Santa Rita, Vila Progresso, Planta Vila Garcia, Conjuntos Habitacionais Nilson Neves e Conj. Pertioça, Porto dos Padres com influências na Vila Cruzeiro, Vila Paranaguá, Jardim Araça, Vila Guarani, Vila Padre Jackson, Vila Santa Helena, Vila Portuária, e ainda a Serraria do Rocha, com influências diretas no Jardim Santa Rosa, Vila Alboit, Vila da Madeira, Vila Rute, Rocio, Conjunto Dona

Curitiba, quinta, em 30.06.94

Anatalia.

Nesses locais, já existe o início de uma infra-estrutura própria com supermercados, lojas comerciais, e a grande reivindicação é o funcionamento de um Posto de Serviços. O Banco do Estado do Paraná S/A, pelo seu relacionamento primordial com o Porto de Paranaguá, COPEL, Prefeitura Municipal, CAGEPAR, Receita Estadual, TELEPAR, é o condicionado para realizar a implantação desse benefício de criação de POSTO DE SERVIÇO nesses bairros.

REQUERIMENTO N° 1725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Rogério Walbach Tizzot, Digníssimo Diretor Geral do DER/PR, reiterando o pedido para a colocação de placas com o nome da Rodovia-PR-412, denominada "Máximo Jamur".

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A grande maioria dos usuários daquela rodovia, sempre tem cobrado das Autoridades em Guaratuba, a sua denominação da Rodovia PR-412, e explicam inclusive que isso também facilitará os turistas.

Além disso, a denominação está homenageando uma figura de grande importância para o balneário de Guaratuba.

REQUERIMENTO N° 1726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Adhail Sprenger Passos, Digníssimo Secretário da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciências e Tecnologia, solicitando Benefício à Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá-Pr.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Entendemos perfeitamente a responsabilidade que o Governo Estadual tem com o ensino superior, onde as disponibilidades financeiras aumentam a cada mês, em função da situação econômica que atravessa a Nação.

Registra-se ainda a gratuidade do ensino de terceiro grau, fator que não gera recursos diretos aos próprios Estabelecimentos de Ensino.

No entanto, é necessário uma ação remodeladora, especialmente na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, sob pena de haver um desequi-

líbrio em relação aos demais congêneres, desde a parte material até de recursos humanos.

A peculiaridade da região do Litoral é fator preponderante nas modificações solicitadas pela comunidade acadêmica, e por toda a coletividade, sendo para inúmeras famílias a continuação do processo de desenvolvimento profissional das Jovens que despontam para a vida cotidiana.

É salutar destacar que a Faculdade em si, funciona normalmente na atualidade em função da dedicação de seu Corpo Docente e Discente, aliado a perseverança dos funcionários e somado a isso os procedimentos medidos realizados pelo atual Diretor Professor Oziel Prado Tavares, que como homem público ligado umbilicalmente as hostes governistas, faz um trabalho para não deixar o ensino terciário degenerar, em função da própria falta de entusiasmo que o estabelecimento detém. Para que, o Chefe do Executivo Estadual possa avaliar com maior profundidade o drama da Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá, basicamente falta: Ampliação de Laboratório para as áreas de Ciências Humanas, recursos financeiros para elaboração de Convênios para Estágios Obrigatórios, falta de salas de aula, aquisição de Computadores para os cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas, recursos financeiros para aquisição de livros didáticos, compra de acessórios técnicos para o Laboratório, recursos financeiros para a compra de materiais esportivos (necessários para a Educação Física obrigatória).

Dentro desse contexto de benefícios concretos, é salutar a criação, pelo Conselho Estadual de Educação dos cursos de: Engenharia de Pesca, Comércio Exterior, Secretária Bilingüe Engenharia Naval.

A idéia de todos, é ainda a aquisição de um imóvel anexo a Faculdade, como medida de solução para a acomodação dos atuais cursos.

A Faculdade é a única instituição de Ensino Superior no Litoral, por isso, existe também uma preocupação entre as populações de Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Antonina.

REQUERIMENTO N° 1727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando Benefício à Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá-Pr.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Entendemos perfeitamente a responsabilidade que o Governo Estadual tem com o ensino superior, onde as disponibilidades financeiras aumentam a cada mês, em função da situação econômica que atravessa a Nação.

Registra-se ainda a gratuidade do ensino de terceiro grau, fator que não gera recursos diretos aos próprios Estabelecimentos de Ensino.

No entanto, é necessário uma ação remodeladora, especialmente na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, sob pena de haver um desequilíbrio em relação aos demais congêneres, desde a parte material até de recursos humanos. A peculiaridade da região do Litoral é fator preponderante nas modificações solicitadas pela comunidade acadêmica, e por toda a coletividade, sendo para inúmeras famílias a continuação do processo de desenvolvimento profissional das Jovens que despontam para a vida cotidiana.

É salutar destacar que a Faculdade em si, funciona normalmente na atualidade em função da dedicação de seu Corpo Docente e Discente, aliado a perseverança dos funcionários e somado a isso os procedimentos medidos realizados pelo atual Diretor Professor Oziel Prado Tavares, que como homem público ligado umbilicalmente as hostes governistas, faz um trabalho para não deixar o ensino terciário degenerar, em função da própria falta de entusiasmo que o estabelecimento detém. Para que, o Chefe do Executivo Estadual possa avaliar com maior profundidade o drama da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, basicamente falta: Ampliação de Laboratório para as áreas de Ciências Humanas, recursos financeiros para elaboração de Convênios para Estágios Obrigatórios, falta de salas de aula, aquisição de Computadores para os cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas, recursos financeiros para aquisição de livros didáticos, compra de acessórios técnicos para o Laboratório, recursos financeiros para a compra de materiais esportivos (necessários para a Educação Física obrigatória).

Dentro desse contexto de benefícios concretos, é salutar a criação, pelo Conselho Estadual de Educação dos cursos de: Engenharia de Pesca, Comércio Exterior, Secretária Bilingüe Engenharia Naval.

A idéia de todos, é ainda a aquisição de um imóvel anexo a Faculdade, como medida de solução para a acomodação dos atuais cursos.

A Faculdade é a única instituição de Ensino Superior no Litoral, por isso, existe também uma preocupação entre as po-

pulações de Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Antonina, e assim solicitamos que seja enviado uma correspondência ao Excelentíssimo Senhor Governador Mário Pereira, juntando cópia desse nosso requerimento, e solicitando providências a respeito.

Requeiro ainda que, cópias desse requerimento sejam endereçados as seguintes autoridades:

1 - Ilustríssimo Senhor Professor Oziel Prado Tavares, Mui Digno Diretor da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, a Rua Comendador Correia Júnior, 81 - CEP: 83203-280-Paranaguá;

2 - Ilustríssimo Acadêmico Hedran Saad Gebram, Mui Digno Presidente do DCE 29 de julho (no mesmo endereço da Faculdade acima citado);

3 - Ilustríssimo Senhor José Luiz Boabaid, Mui Digno Presidente da ACIAP, Rua Rodrigues Alves, 621, CEP- 83203-420-Paranaguá;

4 - Excelentíssimos Senhores Vereadores de Paranaguá (conforme relação em anexo).

REQUERIMENTO N° 1729

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rolf Koemer Júnior, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando uma Equipe Volante, do Instituto de Identificação do Paraná, para atender os moradores das ilhas de Paranaguá, Antonina, Guaratuba e Guaraqueçaba-PR, com isenção de taxas.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A grande maioria dos moradores das Ilhas de Paranaguá, Antonina, Guaratuba e Guaraqueçaba, são pescadores.

Se sustentam com as vendas apenas para a manutenção de suas famílias, e muitos deles, não conseguem ter os recursos financeiros para munir de documentos.

REQUERIMENTO N° 1728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Ernesto M. Pereira, Digníssimo Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando alocação de recursos financeiros para promoção social e religiosa da festa de Nossa Senhora do Rocio, Padroeira do Paraná, em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual em seu artigo 191 estabelece: "Os bens materiais e imateriais referentes às características da Cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado com a cooperação da comunidade."

Isso Posto, registra-se que a Festa de Nossa Senhora do Rocio, faz parte do calendário cultural do Estado. Está portanto, o Governo do Estado, devidamente amparado perante o Tribunal de Contas, e também junto ao Poder Legislativo, para realizar investimentos que possam trazer resultados positivos, a esse acontecimento de maior envergadura religiosa no Município de Paranaguá, onde está fixado o Santuário da Padroeira do Estado do Paraná.

Sabe-se perfeitamente, que, no mês de novembro, quando a comunidade católica daquela cidade comemora a Festa, que milhares e milhares de romeiros, das mais diversas regiões do Brasil, fazem questão de estar no dia 15 de novembro ou nos dias posteriores para a grande comemoração.

A Prefeitura Municipal de Paranaguá, realiza há anos, o aperfeiçoamento da estrutura social, ficando a parte religiosa com a Diocese de Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 1730

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Cultura do Paraná, solicitando alocação de recursos financeiros para promoção social e religiosa da festa de Nossa Senhora do Rocio, Padroeira do Paraná, em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual em seu artigo 191 estabelece: "Os bens materiais e imateriais referentes às características da Cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado com a cooperação da comunidade."

Isso posto, registra-se que a Festa de Nossa Senhora do Rocio, faz parte do calendário cultural do Estado. Está portanto, o Governo do Estado, devidamente amparado perante o Tribunal de Contas, e também junto ao Poder Legislativo, para realizar investimentos que possam trazer resultados positivos, a esse acontecimento de maior envergadura religiosa no Município de Paranaguá, onde está fixado o Santuário da Padroeira do Estado do Paraná.

Sabe-se perfeitamente, que, no mês de novembro, quando a comunidade católica

daquela cidade comemora a Festa, que milhares e milhares de romeiros, das mais diversas regiões do Brasil, fazem questão de estar no dia 15 de novembro ou nos dias posteriores para a grande comemoração.

A Prefeitura Municipal de Paranaguá, realiza há anos, o aperfeiçoamento da estrutura social, ficando a parte religiosa com a Diocese de Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 1731

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jackson Miguel Baduy, solicitando auxílio financeiro para a Santa Casa de Guaratuba-Pr.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A cada dia que passa, aumentam as dificuldades financeiras para Santa Casa de Guaratuba, é do conhecimento público, que essa situação delicada dá-se em função dos atrasos de pagamentos da Previdência Social, e permanentemente o hospital continua dando atendimento aos providenciários e a população carente daquele município.

Por outro lado, durante as temporadas, também é público e notório que a instituição tem prestado relevado serviço aos veranistas.

A Prefeitura de Guaratuba, auxilia no que é possível, mas também suas finanças não permitem uma ação contínua de desembolsar de recursos.

REQUERIMENTO N° 1732

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Professor José Henrique de Faria, solicitando cópia do Trabalho realizado no Município de Matinhos, defronte ao Calçadão para conter a Força das Marés.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os órgãos de Comunicação publicaram: "150 metros cúbicos de areia, que ficarão espalhados numa faixa de 500 metros de comprimento por 100 metros de largura e 3 em média de espessura", trecho atribuído ao Superintendente da SUCEAM, Doutor Alexandre Modesto Cordeiro, que esteve na praia de Matinhos, juntamente com o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Excelentíssimo Senhor José Rodrigues dos Santos, estiveram em Matinhos, vendo com o Prefeito, Excelentíssimo Acindino Ricardo Duarte, a questão do Calçadão, e a contenção

das marés altas, fenômeno da natureza que, ocorre em diferentes oportunidades naquela praia.

Sabemos perfeitamente que a Universidade Federal do Paraná, através de seus especialistas realizou um trabalho no local, por essa maneira, e visando o interesse público, solicitando que seja enviado um expediente ao Ilustríssimo Senhor Professor José Henrique de Faria, Mui Digno Reitor da Universidade Federal do Paraná, à Rua XV de Novembro, 1.299 - CEP: 80.060.000 - Nesta Capital, solicitando CÓPIA DO TRABALHO REALIZADO NA PRAIA DE MATINHOS, defronte ao CALÇADÃO, PARA CONTER A FORÇA DAS MARÉS.

REQUERIMENTO N° 1733

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Douglas Haquim, Mui Digno Diretor do Instituto de Identificação do Estado do Paraná, solicitando uma equipe volante do Instituto de Identificação do Paraná, para atender os moradores das Ilhas de Paranaguá, Antonina, Guaratuba, e Guaraqueçaba-Pr, "com isenção de taxas".

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A grande maioria dos moradores das Ilhas de Paranaguá, Antonina, Guaratuba, e Guaraqueçaba, são pescadores. Se sustentam com as vendas apenas para manutenção de suas famílias, e muitos deles, não conseguem ter os recursos financeiros para munir de documentos.

REQUERIMENTO N° 1735

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mário Pereira, DD. Governador do Estado, solicitando uma equipe volante do Instituto de Identificação do Paraná, para atender os moradores das Ilhas de Paranaguá, Antonina, Guaratuba, e Guaraqueçaba-Pr, "com isenção de taxas".

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A grande maioria dos moradores das Ilhas de Paranaguá, Antonina, Guaratuba, e Guaraqueçaba, são pescadores. Se sustentam com as vendas apenas para manutenção de suas famílias, e muitos deles, não conseguem ter os recursos financeiros para munir de documentos.

REQUERIMENTO N° 1736

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Ronaldo A. Botelho, DD. Secretário de Estado da Justiça, solicitando a implantação de um programa para elaboração de documentos aos moradores das Ilhas de Paranaguá, Antonina, Guaratuba, e Guaraqueçaba-Pr.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A grande maioria dos moradores das Ilhas de Paranaguá, Antonina, Guaratuba, e Guaraqueçaba, são pescadores. Se sustentam com as vendas apenas para manutenção de suas famílias, e muitos deles, não conseguem ter os recursos financeiros para reunir documentos.

REQUERIMENTO N° 1737

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Sra. Professora Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Cultura do Pr., solicitando integral apoio daquela pasta, para a festa de Nossa Senhora do Pilar, Padroeira da Cidade de Antonina.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Litoral Paranaense, mais que nunca necessita de investimentos concretos do Governo Estadual, em várias áreas, entre as quais a do Turismo. Com o passar dos anos, o dia 15 de agosto, torna-se no calendário de milhares de católicos uma data especial, em função da comemoração da Festa de Nossa Senhora do Pilar. A Prefeitura de Antonina, com sua falta de recursos, sempre tem montado parte da estrutura social, e a Paróquia fica com a responsabilidade da programação religiosa. Um mérito de anos, inclusive o trabalho produtivo empregado por todos os setores da Rádio Antoninense Ltda., responsável pela permanente divulgação desse evento cultural-religioso.

REQUERIMENTO N° 1738

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo Sr. Dr. Luiz Ernesto M. Pereira, DD. Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando integral apoio daquela pasta, para a festa de Nossa Senhora do Pilar, Padroeira da Cidade de Antonina.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Litoral Paranaense, mais que nunca necessita de investimentos concretos do Governo Estadual, em várias áreas, entre as quais a do Turismo. Com o passar dos anos, o dia 15 de agosto, torna-se no calendário de milhares de católicos uma data especial, em função da comemoração da Festa de Nossa Senhora do Pilar. A Prefeitura de Antonina, com sua falta de recursos, sempre tem montado parte da estrutura social, e a Paróquia fica com a responsabilidade da programação religiosa. Um mérito de anos, inclusive o trabalho produtivo empregado por todos os setores da Rádio Antoninense Ltda., responsável pela permanente divulgação desse evento cultural-religioso.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 264/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de Pirapó, com território desmembrado do Município de Apucarana, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

Começa na foz do Ribeirão dos Dourados, no Rio Pirapó, sobe por este até a foz do Ribeirão Ipiгуá pelo qual sobe até a sua nascente de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego Hacotiara e por este abaixo até o Ribeirão Maratá, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a Estrada Municipal n° 100, divisória com o Município de Cambira, seguindo pela referida estrada rumo Norte até o seu cruzamento com o ribeirão dos Dourados, daí desce por este até a sua foz do Ribeirão Pirapó, ponto de partida.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO,
ABAIXO DESCRITO

"Princiando no cruzamento da BR-369 com a Travessa Mambuca, segue pela Travessa Mambuca até a linha férrea; deste ponto segue pela linha férrea até a Travessa Siriema; deste ponto segue pela Travessa Siriema até a Avenida André Hernandez; deste ponto segue pela Avenida André Hernandez até a rua Graúna; deste ponto segue pela Rua Graúna passando pela divisa dos lotes 222, 219 e 218; deste ponto segue pelo lote n° 218 até a Rua Itaguaçu, seguindo pela rua Itaguaçu até a Rua Maratá; deste ponto segue pela Rua Maratá até a divisa do Cemitério, contornando e incluindo o Cemitério até a Rua Erwin Schindler; deste ponto segue pela Rua Erwin Schindler até a Rua Itaguaçu; deste ponto

segue pela Rua Itaguaçu até o seu final, nos fundos do Campo de Esportes; deste ponto segue pela divisa do Campo de Esportes e do lote n° 225 até a divisa do lote n° 184; deste ponto segue pela divisa do lote n° 184 até uma estrada; deste ponto segue pela estrada até a Rua André Hernandes; deste ponto segue pela Rua André Hernandes até a divisa do lote n° 227; deste ponto segue pela divisa do lote n° 227, 228 e 62 até a BR-369; deste ponto segue pela BR-369 até a Travessa Mambuca, ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei, entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) COSTENARO NETO

PROJETO DE LEI N° 265/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade denominada "Missão El-Shaddai" - Ministério de Amparo à Criança e ao Adolescente, com sede e foro na Cidade Almirante Tamandaré.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.94.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O antigo Lar El-Shaddai que foi fundado em 2 de março de 1988, passando a se denominar Missão El-Shaddai - Ministério de Amparo à Criança e ao Adolescente, a partir do dia 12.03.94, conforme a Ata da Assembléia Geral Ordinária, com inscrição no Registro de Títulos e Documentos, de 4° Ofício, com data de 2 de maio de 1994, é uma entidade sem fins lucrativos, não-governamental, de caráter sócio-religioso, beneficente e de utilidade pública, cuja missão é de reforçar as ações de proteção às crianças e aos adolescentes, sem distinção de cor, raça, sexo, condição social, partido político, credo religioso, respeitada a fé cristã, com sede e foro na Cidade de Almirante Tamandaré. A Missão promove abrigo em bases filiais denominadas "Casa Lar", "Lar de Recuperação" e "Base de Treinamento". Estas bases vão auxiliar a criança e o adolescente no seu desenvolvimento físico, mental, oral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, além de garantir a efetivação dos seus direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comuni-

tária.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A Imprensa paranaense nesses últimos dias tem divulgado que diretores do BANESTADO não concordando com os gastos em publicidade estaria se negando a assinar o balanço dessa instituição financeira. E ontem procurados pela Imprensa nós dissemos que, se de fato isso está acontecendo, com certeza o Governador Mário Pereira não vai concordar, em hipótese alguma pela sua postura política com essas dissidência ou tampouco com qualquer suspeita em termos da nossa instituição BANESTADO. E até dissemos que se isto existe, se os diretores se negam a assinar, com certeza alguma maracutaia deverá haver nesse processo. E se isto acontecer, conhecendo S.Exa. o Governador como conhecemos, com certeza o que aparece hoje na Imprensa também, será motivo de uma ação imediata por parte do Governador Mário Pereira nós temos certeza disso.

Outro fato que nos causa estranheza e eu tenho certeza que causa estranheza não só a nós mas à democracia que se instala hoje no Paraná. Em relação ao ocorrido com a Faculdade de Belas Artes do Estado. Onde, lamentavelmente, vemos tomada uma decisão totalmente arbitrária e contrária aos interesses da democracia do Paraná. Se não vejamos: sem que houvesse processo de denúncia que comprovasse irregularidade por parte da Diretora destituída. A mesma afastada do cargo sem maiores explicações. E, tomando conhecimento da documentação que levou a esse fato, nós temos que registrar algo que se torna muito estranho. Sem que abrissem um processo administrativo, afastaram a diretora do cargo que antes havia sido convidada - a se afastar, pelo Secretário, sendo que essa diretora havia sido eleita inclusive antes de que as Fundações fossem transformadas em autarquias. O que dava a garantia do direito adquirido. Sem destituir a atual, nomeou a substituta com publicação em Diário Oficial uma semana após a indicação da substituta. Então são coisas que não combinam com a democracia em que vivemos. Isto representou e a nossa Imprensa paranaense registrou na data de 7 de junho, tanto o "Jornal do Estado" - quanto a "Folha de Londrina" e "O Estado do Paraná", a posição daquela instituição, considerando a substituição da diretora - da forma como foi feita - como sendo um golpe contra a Faculdade de Artes. Faltando apenas, o que é interessante e paira dúvidas, quando faltam apenas 3 meses para uma nova eleição em substituição da atual direção afastada - sem qualquer explicação. Outro fato interessante que se regis-

tra nesse processo, é que em 27 de maio aconteceu o afastamento e a exoneração do cargo depois é publicada em 30 de maio, de 27 a 30 de maio. A assessoria jurídica da Secretaria, conforme documento em nossas mãos, informativo 195/94, diz o seguinte: Histórico - "Maria do Carmo de Figueiredo Silva e Cristina Petruski Santana, encaminharam denúncias à Secretaria a respeito da atuação da referida Diretora. "E a resposta dada pela assessoria jurídica da Secretaria de Ciência e Tecnologia foi a que aqui está e nós faremos apenas a leitura.

"Ainda que as denúncias apresentadas sejam inconsistentes, "denúncias inconsistentes, mesmo assim houve o afastamento e o procedimento para a abertura posterior do processo administrativo que está em execução e que nós temos a certeza que pelo Parecer, também, do Ministério Público, não deverá representar qualquer ato lesivo à Instituição e que levasse a essa tomada arbitrária pelo Secretário de Ciência e Tecnologia em relação ao afastamento da Diretora.

Vejamos o que diz o Ministério Público em relação ao afastamento e este relatório do Ministério Público se deve a um outro Parecer encaminhado pela Ouvidoria do Estado que esteve por 15 dias fazendo levantamento na faculdade e nada encontrou. E emitiu o seguinte Parecer:

"Ministério Público do Estado do Paraná, Ofício nº 86 de 7 de junho de 94. Senhora Diretora, pelo presente comunicamos a V.Exa. que esta Promotoria de Justiça determinou o arquivamento dos autos de relatório de auditoria número 35/93." Mais diz: "Com efeito e após estudo, chegou-se a conclusão de que as irregularidades apontadas não ultrapassam os limites da matéria administrativa. Posto que configura mera inobservância de formalidades e ou equívocos de fácil correção."

Isenta, portanto, a responsabilidade de qualquer ato ou de qualquer lisura por parte da Diretora daquela Instituição. Temos também pronunciamento do Conselho Estadual de Educação onde o mesmo coloca a sua perplexidade em relação a essa tomada de posição pela Secretaria de Estado da Administração, quando diz:

PROPOSIÇÃO Nº 007/94

O Conselho Estadual de Educação do Paraná, em sua Décima Sexta Sessão Plenária, aprovou, por unanimidade, o encaminhamento da seguinte proposição ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia:

Considerando que a nomeação de Diretores e vice-Diretores de Estabelecimentos

Curitiba, quinta, em 30.06.94

de Ensino Superior é matéria regulamentada pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterada pela Lei nº 6.420/77 e regulamentada pelo Decreto nº 80.536/77;

Considerando que Regimentos de Instituições de Ensino Superior constituem norma que deve ser respeitada, sem exceções.

Este Conselho Estadual de Educação manifesta sua apreensão face à forma como se procedeu a destituição da Diretora da Faculdade de Artes do Paraná, FAP, no exercício de seu mandato legal, sem explicações e, o mais grave, sem o indispensável procedimento administrativo competente. (cf.art. 48 da Lei nº 5.540/68).

A prática democrática não pode conviver com atos arbitrários, sobretudo quando atingem o espaço universitário, o qual deve caracterizar-se pelo pluralismo das idéias, da liberdade de expressão e da valorização dos direitos humanos - componente imprescindível da cultura no seu sentido pleno.

Sala Pe. José de Anchieta, em 10.06.94.

(a) UBALDO MARTINI PUPPI

Presidente"

Também temos os Pareceres do Tribunal de Contas que isenta e que dão como legais as Prestações de Contas dos exercícios de 91 e 92 da respectiva direção, dizendo que considera, por considerá-la boa e legal determinou que fosse enviada Provisão de Quitação. Temos os Pareceres assinados em 92 e 93 restando obviamente o do exercício 94 que ainda não é findo.

Temos também pronunciamento do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, dizendo, também manifestando junto ao Secretário da Ciência e Tecnologia, preocupação em relação a essa tomada de posição: (Lê)

É com preocupação que este fórum constata mais uma vez o desrespeito a este princípio ocorrido com a destituição da professora Jaira Paiva Perin da direção da Faculdade de Arte do Paraná, fato este que, longe de nos fazer avançar na direção do aprimoramento da prática democrática, retrocede face às conquistas já realizadas.

Diante desses fatos expostos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos solicitar ao nobre Deputado José Tavares, Líder do Governo nesta Casa, que leve ao conhecimento de S.Exa. o Governador Mário Pereira a preocupação em relação a essa decisão que no nosso entender é totalmente arbitrária e contrária aos interesses democráticos, como também esperamos, como já disse desta Tribuna, uma manifestação em relação a estas denúncias que têm aparecido na imprensa paranaense em relação ao Banco do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há mais oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Horário das Lideranças:

PSDB, PL, PTB, PFL, PP (Declinam).

PT com a palavra Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Desde o final do ano passado a Secretaria de Estado dos Transportes, através da sua Divisão de Recursos Humanos, vem fazendo a exigência da apresentação de atestado médico dos seus servidores que se ausentarem do serviço por motivo de doença. Isto é correto. O incorreto está na exigência da colocação do CID, Código Internacional de Doença. Isto foi divulgado através de uma circular, assinada pelo chefe da seção de saúde e assistência social, Djalma Silva.

Nós entendemos que a exigência do código internacional da doença colocado no atestado médico nada mais é do que o exercício da polícia médica e não para fins de perícia médica.

Um trabalhador que se ausenta por mais de uma vez no seu serviço, no momento em que quebra o sigilo diz respeito à sua patologia e coloca-o em atestado médico, torna-o público e favorece para que seja desenvolvido a polícia médica no sentido de punição deste trabalhador, principalmente se o mesmo é portador de uma doença infecto-contagiosa ou se portador de doenças degenerativas.

Diz o Conselho Regional de Medicina, através de um parecer do Conselho Federal que o segredo médico é uma espécie de segredo profissional assim erigido na busca da preservação da intimidade do paciente, conseqüentemente, o segredo médico existe e pertence exclusivamente ao paciente, única pessoa com legitimidade para dele dispor.

Continua o parecer do Conselho Federal de Medicina.

Tendo em vista que somente o paciente é o detentor do quanto está acobertado pelo segredo médico, só a ele é facultado o poder de lançar mão deste sigilo, liberando a sua divulgação.

O médico só poderá fornecer atestado ou relatórios de exames ou tratamentos realizados, revelando, conseqüentemente, o diagnóstico ou tratamento ministrado, desde que obtenha a expressa autorização do paciente ou do seu responsável.

Portanto, a Secretaria de Estado do Transporte ao exigir a colocação do código internacional de doenças sobre o atestado médico dos seus funcionários, está exigindo que o médico rompa com o código de deontologia médica brasileiro e se exponha a crime. Todo médico que estiver fazendo

isto sem autorização do paciente, ele está incorrendo em desrespeito ao código de ética, comprometendo o seu juramento e comprometendo a sua honradez no que diz respeito ao exercício médico.

A conclusão deste parecer diz o seguinte.

O médico portanto, só poderá fornecer atestados, revelando diagnóstico, na forma codificada ou não, nas hipóteses do dever legal ou da autorização expressa do paciente.

Portanto, qualquer doença infecto-contagiosa que deve e que impõe o dever legal de expô-la, aí sim, o médico fará senão ele estará desrespeitando o código de ética.

Portanto, não pode a Secretaria de Estado, através do seu departamento de recursos humanos, exigir a colocação do código internacional de doenças nos atestados médicos de seus funcionários, como portaria, como ofício circular divulgado por aquele órgão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PMDB (Declina).

Liderança do Governo (Declina).

O SR. DURVAL AMARAL - Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento).

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Itaguajé, nosso companheiro Sérgio, para que fique registrado nos Anais desta Casa.

Passaremos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Ofício nº 262/94, subscrito pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, comunicando sua ausência do País, no mês de julho do corrente ano. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 123/94, que dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de

1995. Aprovado, por unanimidade. (Publ. no D.A nº 85 de 28.06.94)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 174/94, que torna obrigatória a implantação do Sistema de Medição Individual de Água nos Edifícios cujas obras de Construção não tiverem sido iniciadas até a presente data. **Aprovado, por unanimidade.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 174/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Nos edifícios e condomínios com mais de uma unidade de consumo independente da categoria de usuários a que pertençam (residências, comerciais, públicos e mistos) e da área das unidades deverão ser dotados de sistema de medição individual de consumo de água, cujas obras de construção não tiverem sido iniciadas até a data de vigência desta Lei.

§ 1º - A implantação do sistema de medição individual de água de que trata este artigo deverá atender o disposto nas normas técnicas aprovadas pelos órgãos ou entidades pertinentes.

§ 2º O sistema de medição individual de água, as especificações técnicas e o local de instalação serão definidos na regulamentação desta Lei, na conformidade do disposto no parágrafo anterior.

Art. 2º A implantação de medição individual de água por unidade de consumo, obrigatória, não dispensa a necessidade de medição global do consumo do edifício ou condomínio, com a emissão de contas individuais por unidade de consumo e para o condomínio.

Parágrafo Único - A manutenção do sistema individual de água é de única e exclusiva responsabilidade do usuário, competindo ao órgão ou entidade prestadora do serviço público de abastecimento de água a manutenção do equipamento de medição global do edifício ou condomínio e dos medidores individuais, conforme estabelecido em legislação específica.

Art. 3º - Os órgãos ou entidades responsáveis pelos serviços públicos de distribuição de água tratada e esgotamento sanitário prestarão aos interessados, orientações técnicas para elaboração dos projetos hidráulico-sanitários prediais com medição individualizada.

§ 1º - Os órgãos ou entidades referidas o caput deste artigo avaliarão a necessidade de adequação dos procedimentos para instalação de sistemas prediais hidráulico-sanitários, dando ampla divulgação dos mesmos;

Curitiba, quinta, em 30.06.94

§ 2º - Os projetos hidráulico-sanitários deverão contemplar a instalação de equipamentos de descarga compatíveis com os instrumentos de medição individual de água utilizados nas unidades de consumo.

Art. 4º - Para efeito de aplicação desta lei, consideram-se iniciadas as obras às quais já foi concedido o competente alvará de construção.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados da sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.06.94.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1719, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1720, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1723 a 1733 e 1735 a 1739, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1741 a 1745, 1748 e 1749, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1721, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1722, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1746, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1747, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência comunica ao Plenário que a Assembléia Legislativa irá prestar uma homenagem à Rádio Clube Paranaense, P-2, diploma alusivo aos setenta anos, em cerimônia no Salão Nobre, em data a ser marcada. Neste sentido, o Deputado Algaci Túlio requer voto de congratulações à Rádio Clube Paranaense pela comemoração dos 70 anos, sendo que a mesma é a primeira emissora do Paraná e a terceira do País e

aquela que, evidentemente, vai mais longe.
Aprovado.

Gostaríamos neste momento de agradecer aos Srs. Deputados pelo empenho pessoal de cada um, pelo esforço concentrado de cada um dos presidentes e membros das comissões permanentes desta Casa no decorrer destes meses relativos a este primeiro período da atual legislatura.

Quero agradecer a todos porque nesta semana a Assembléia Legislativa deu demonstração de seu espírito público votando mensagens do Governo que visam dar condições não só ao Governo, mas aos municípios e instituições do Paraná para que possam continuar gerenciando seus programas.

Fica evidente que a Assembléia Legislativa nos momentos em que o interesse do Paraná é colocado em apreciação, não existe aqui dentro posicionamentos partidários e ideologias políticas. O que vale é o interesse do Paraná.

Em nome desta Casa quero cumprimentar, portanto, a todos os Srs. Deputados.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, apenas que os Anais da Casa possam registrar os agradecimentos da Liderança do Governo a V.Exa., a toda Comissão Executiva, ao Plenário e ao corpo de funcionários e assessores desta Casa, que durante este semestre, neste período de sessão legislativa não mediram esforços para que pudessemos chegar ao dia 30 de junho com a pauta totalmente esgotada e o Estado do Paraná plenamente atendido nos seus reclamos, naquilo que nos compete, como representantes do povo, tendo todas as matérias de interesse da sociedade paranaense, aprovadas.

Quero destacar sobretudo, o empenho pessoal de V.Exa., que na Presidência desta Casa, teve um comportamento exemplar, um comportamento digno de elogios, juntamente com os presidentes das comissões, proporcionando, num prazo recorde em períodos curtos de Sessões, a votação de matérias da maior relevância, como aquelas que votamos, principalmente na sessão de ontem.

Portanto, os meus cumprimentos e faço questão, Senhor Presidente, em nome da Liderança do Governo de registrar aqui este profundo agradecimento em nome do Governador Mári Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É evidente, Deputado José Tavares, que a Assembléia Legislativa, mais uma vez dá

mostras da responsabilidade com que têm atuado os seus membros, os seus funcionários e isto, a imprensa que aqui todos os dias comparece, pode ser testemunha e tem sido testemunha. Enquanto o Congresso Nacional sequer apreciou o orçamento para o ano de 94, a Assembléia Legislativa, no dia de hoje, aprova em redação final, e entrega ao Poder Executivo a Lei de Diretrizes para o Orçamento de 1995. Por aí dá para a gente ver como é que se trabalha em outros parlamentos, principalmente, o Congresso Nacional.

Deputado Paulo Maia com a palavra.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. A Bancada do PDT também se soma às palavras do líder do governo, no sentido de externar os nossos mais profundos agradecimentos e destacar de fato, o trabalho deste Parlamento e V.Exa. registra com bastante probidade o que aqui se passa em relação ao Congresso Nacional.

Com certeza este parlamento não está e nem estará ao lado daquele Congresso que merece as críticas que tem recebido, porque temos demonstrado, de todas as formas possíveis de que na política ainda há pessoas voltadas ao bem público, ao interesse público e essa demonstração se dá aqui no Paraná, através do nosso Poder Legislativo.

Acho que saímos todos parabenizados, mas não podemos deixar de destacar que o trabalho aqui realizado, também é fruto daqueles que estão conosco, os nossos assessores, os funcionários desta Casa e aqueles que se empenharam pela grandeza do Paraná.

O PDT se soma a todo este momento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência mais uma vez agradece a todos os Senhores Deputados, aos funcionários da Assembléia Legislativa, aos assessores, agradece igualmente à imprensa que tem aqui comparecido todos os dias para relatar o que neste Parlamento acontece e como já disse anteriormente, desejo a todos um período de recesso tranquilo, que possa cada um iniciar o seu período de campanha eleitoral dentro da tranquilidade que se faz necessária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrado o primeiro período de Sessões Ordinárias, da 4.^a Sessão Legislativa da 12.^a Legislatura, ressalvada a possibilidade de convocação de Sessões Extraordinárias pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, e convoco os Senhores Deputados para a Sessão de Instalação do segundo período de sessões da mesma Sessão Legislativa, para o dia 01 de agosto do corrente ano, à

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

12.^a LEGISLATURA - 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Senhor Deputado Domingos de Carvalho e contando com a presença dos seguintes Deputados: Edson Silva Lino, Arlindo Troian e Ademar Traiano. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 295/92 de autoria da Deputada Lygia Pupato. Com parecer FAVORÁVEL do Deputado Edson Silva Lino - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 221/94 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 053/94. Com parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 11.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 174/94. Relator: Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 187/94. Relator: Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 194/94. Relator: Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 195/94. Relator: Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, das quais para constar, eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Elisa Sotomaior Maruska - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Aos vinte e um dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Garcia, Arlindo Troian, Toti Colaço, Emilia Belinati, Alceu Swarowski, Paulo Maia, João Iensen, Djalma de Almeida César, Caíto Quintana, Antônio Costenaro Neto e Dalton Machuca. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião e não havendo expediente, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 624/93, do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 614/93 do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 03) Proposição - Veto n° 038/94 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 033/94. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 181/94, do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 05) Projeto de Lei n° 211/94, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia, com emenda do Deputado Anibal Khury em anexo - APROVADO; 06) Projeto de Lei n° 221/94, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 07) Projeto de Lei n° 219/94, do Deputado Anibal Khury. O Deputado Caíto Quintana requer vistas - CONCEDIDO; 08) Proposição - Veto n° 048/94, do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n° 057/94, do Poder Executivo - Mensagem n° 13/94. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 215/94, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 223/94, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 186/94, do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 12) Proposição - Veto n° 037/94, do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n° 757/93, do Deputado Nei-vo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 13) Proposição - Veto n° 046/94, do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n° 727/93, do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 222/94, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 212/94, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro, com

emenda do Deputado Anibal Khury em anexo -
APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o
Senhor Presidente deu por encerrada a pre-

sente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

Ana Lucia Andretta - Secretária